

**PARECER Nº 1544/2013 DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA SOBRE PROJETO DE LEI Nº 0440/13.**

Trata-se de projeto de lei, de iniciativa do nobre Vereador Calvo, que visa instituir, na cidade de São Paulo, o Programa de Apoio e Prevenção ao Crime.

A propositura visa, entre outros, instituir a “Campanha Educativa da Vizinhança Solidária”, que “consiste em, com apoio das associações de bairros, discutir, refletir e melhorar a cooperação entre os munícipes com o fim de prevenir o crime nas regiões” de alto risco de criminalidade (inc. III do art. 1º e art. 3º)

O projeto merece prosseguir em tramitação.

O projeto de lei versa sobre a segurança dos munícipes e consoante o disposto no art. 30, inciso I da Constituição Federal, compete aos municípios legislar sobre assunto de interesse local, dispositivo com idêntica redação no art. 13, inciso I da Lei Orgânica Municipal.

Além disso, destaca-se que o art. 144 da Constituição Federal dispõe ser “dever do Estado, direito e responsabilidade de todos”, a segurança pública exercida para “a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”. Assim, ao mencionar o Estado em sentido lato, a Carta magna inclui a figura dos Municípios para a atuação direta no dever de prestar segurança aos cidadãos.

Desta feita, com a finalidade de dar efetividade ao disposto na Carta Republicana, o art. 15 – A, das Disposições Gerais e Transitórias da Lei Orgânica do Município de São Paulo dispôs sobre a obrigação do município em organizar “Sistema Integrado de Segurança Urbana para prestar pronto atendimento, primário e preventivo à população”.

Desta forma, tanto a Constituição Federal quanto a Lei Orgânica Municipal permitem a iniciativa municipal em assuntos de Segurança Pública, como é o presente caso, que visa a criação de programa com objetivo de implementar projetos destinados a dar suporte às ações de segurança pública localizadas.

Cumprе salientar que a Constituição e a Lei Orgânica do Município de São Paulo não atribuem ao Chefe do Executivo a iniciativa privativa para projetos de lei que versem sobre a matéria, ressaltando-se inclusive a existência da Secretaria Municipal de Segurança Urbana com dotação orçamentária própria para a implementação de programas como este que a proposta pretende criar.

Observe-se, sobre o tema, julgado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

**EMENTA INCONSTITUCIONALIDADE** – Lei Municipal de iniciativa parlamentar. Instituição do “Censo Verde” visando o levantamento das áreas verdes na região urbana, a ser realizado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente para elaboração do programa de recuperação ambiental, a cargo de sobredita Secretaria – Alegação da norma combatida atentar contra o princípio da independência e harmonia entre os poderes, deixando de indicar recursos disponíveis para custeio dos encargos criados – Inocorrência – Matéria de proteção ambiental, cuja ordem constitucional vigente não contempla dispositivo atribuindo competência exclusiva ao Chefe do Poder Executivo local – Ato normativo que não provoca aumento de despesa pública a exigir indicação de recursos disponíveis – Ação improcedente.

(...) Por seu turno, não prospera a matéria preliminar suscitada pela requerida ao sustentar que a lei impugnada constitui ato administrativo concreto. A bem da verdade, a natureza do conteúdo da norma questionada, não se adequa ao conceito de ato administrativo concreto, vez que a aplicação de sua estrutura não se esgota como se dispendo para um único e específico caso. Ao revés, possui coeficiente de normatividade e generalidade abstrata, de modo a objetivar o controle por meio da ação direta de inconstitucionalidade de lei, em face da Constituição Estadual. (...) Ademais não se entrevê eiva de inconstitucionalidade, pelo fato da norma questionada deixar de indicar recursos efetivamente existentes e disponíveis para custeio dos encargos destinados à sua execução. Ao revés, como bem observou o

substancioso parecer da ilustrada Procuradoria-Geral de Justiça: ...'já existindo Secretaria Municipal do Meio Ambiente, a Câmara Municipal não está provocando, com o ato normativo em pauta, aumento de despesa pública, a exigir a indicação dos recursos disponíveis, próprios para atender aos novos encargos". (ADI 47.166-0/0, TJSP rel. Rebouças de Carvalho) – Grifo nosso.

A aprovação da proposta depende do voto da maioria absoluta dos membros da Câmara, nos termos do art. 40, § 3º, inciso XII, da Lei Orgânica do Município.

Face ao exposto, somos pela LEGALIDADE.

Contudo, para adequar a proposta à melhor técnica legislativa propomos o substitutivo que segue.

#### **SUBSTITUTIVO Nº DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 00440/13.**

Dispõe sobre a instituição do Programa Municipal de Apoio da Prevenção ao Crime, no âmbito do Município de São Paulo, nas condições que especifica e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Programa Municipal de Apoio da Prevenção ao Crime, no âmbito do Município de São Paulo, tendo por escopo os seguintes objetivos:

I - determinar as áreas que apresentam alto risco de criminalidade (pontos quentes), tendo por escopo os delitos de roubo, latrocínio e homicídio, determinados pelos dados estatísticos fornecidos pela Secretaria da Segurança Pública;

II - inviabilizar a parada e estacionamento de veículos automotores do tipo motocicletas, nesses pontos identificados como de alto risco, desde que o veículo esteja ocupado com o condutor e passageiro (garupa);

III - instituir a "Campanha Educativa da Vizinhança Solidária".

Art. 2º Determinado os locais de alto risco, deverá o Poder Público identificá-los, por meio de sinalização nos postes ou na alça de iluminação.

Art. 3º Fica instituída no âmbito no Município de São Paulo a "Campanha Educativa da Vizinhança Solidária" que consiste em, com o apoio das associações de bairros, discutir, refletir e melhorar a cooperação entre os munícipes com o fim de prevenir o crime nas regiões a que alude o artigo 1º, Inciso I dessa Lei.

Parágrafo único. Fica facultado ao estabelecimento que se encontre nas regiões de alto risco de criminalidade, que participarem da Campanha aludida no "caput" deste artigo, a afixação de placa de identificação com os dizeres "vizinhança solidária", com o fim de intimidar suposta ação delituosa.

Art. 4º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º O Executivo regulamentará esta Lei, no que for necessário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, em 28/08/2013.

GOULART- PSD – PRESIDENTE

DALTON SILVANO – PV

ALESSANDRO GUEDES – PT

ARSELINO TATTO – PT

EDUARDO TUMA – PSDB – RELATOR

LAÉRCIO BENKO – PHS

SANDRA TADEU – DEM